

Pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas, pela afirmação da igualdade entre homens e mulheres

Nas últimas décadas, muitas foram as conquistas políticas, legislativas e sociais no que tange à afirmação dos direitos humanos. No entanto, percebemos que um longo caminho ainda precisa ser trilhado. A sociedade patriarcal, machista, racista e homofóbica possui profundas raízes que determinam um cenário de discriminações e desigualdades.

O Brasil é o sétimo país do mundo onde mais ocorrem assassinatos de mulheres. Seis (06) em cada dez (10) brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Somente na última década, **43 mil** delas foram assassinadas, **70%** dessas mortes se deram dentro de casa. O machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como os principais fatores que contribuem para a violência¹ e, segundo a ONU, a violência doméstica custa **R\$ 10,5%** do PIB.

Segundo o “Mapa da Violência de 2012”, elaborado pelo Instituto Sangari/Ministério da Justiça, entre 1980 e 2010, aproximadamente **91 mil** mulheres foram assassinadas no Brasil, representando um aumento de **217,6%** nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato.

É neste cenário que a luta histórica das mulheres ganha força para a ruptura com as mais variadas formas de violência, especialmente a de gênero, expressa na violência contra mulher no âmbito doméstico e familiar. Somente com prioridade política para enfrentar o problema, é que podemos promover uma ampla e democrática mobilização social, de afirmação da igualdade e a defesa da autonomia plena para mulheres.

Por meio da criação da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres e do conjunto de medidas e ações transversais que vem sendo implementadas, o RS afirma seu compromisso com a igualdade e equidade de gênero como, por exemplo, a partir da assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, em maio

¹ Pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada pelo Instituto Avon/Ipsos.

de 2011. Mas precisamos ser mais ousadas/os, criativas/os e ofensivas/os, decretando tolerância zero e radicalizando na luta pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas no RS.

Diante do exposto propomos um conjunto de medidas para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e as Meninas e recomendamos:

1 – Ao Governador Tarso Genro, que oriente todos os órgãos governamentais para que promovam debates e ações direcionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres e as meninas, bem como fortaleça e amplie a rede de atendimento às mulheres em situação de violência no RS, potencializando as ações já existentes no Comitê Gestor das Políticas de Gênero, instituído através do Decreto 47.868/2011.

2 – Ao Governador Tarso Genro, que oriente a Fundação Cultural Piratini para que inclua em suas programações de Rádio e TV questões sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres e as meninas, bem como a veiculação de matérias e imagens afirmativas, não racistas, não homofóbicas e não sexistas.

3 – Ao Governador Tarso Genro que, através do Pacto Republicano, solicite ao Poder Judiciário Estadual a adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, combatendo a impunidade, as injustiças e as violações cometidas contra as mulheres e as meninas. A efetivação e ampliação do número de varas especializadas de violência doméstica e familiar, bem como a realização de mutirões com o intuito de agilizar o andamento dos processos acumulados.

4 – Às empresas de rádio e televisão que veiculem, nas suas programações, os debates voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres e as meninas, destacando e priorizando a divulgação de ações afirmativas, de boas práticas e experiências exitosas no combate à violência.

5 – À Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a implementação do Protocolo de Intenções celebrado com a Secretaria de Políticas para Mulheres do RS para o fortalecimento de políticas públicas para mulheres no âmbito da gestão municipal, em especial para o enfrentamento da violência.

6 – A todas as candidaturas dos municípios do RS, que incluam em seus programas de governo políticas voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres e as meninas, especialmente às candidaturas nos municípios em que há veiculação de propagandas de Rádio e TV.

Conclamamos a sociedade, os movimentos sociais e sindicais a que se engajem na luta pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas, colocando toda sua energia e disposição em campanhas de conscientização e sensibilização, nas ações protetivas e de monitoramento de mulheres e meninas em situação de violência. Todo círculo social, familiar e afetivo deve ter compromisso e responsabilidade com a dignidade e a integridade física e psicológica das mulheres.